

MUDANÇAS ESTRUTURAIS, MERCADO DE TRABALHO E ROTATIVIDADE NO EMPREGO AGROPECUÁRIO NO BRASIL

LUÍS ABEL DA SILVA FILHO¹

Resumo

As transformações nas relações de produção e de trabalho assistidas no mundo desenvolvido e, posteriormente, no mundo em desenvolvimento resultaram de um processo irreversível desencadeado pelo avanço do sistema capitalista. Os impactos das ações do capital sobre o trabalho são acentuadamente elevados, sobretudo em setores de atividade econômica trabalho/intensivo. Sob esse aspecto, a agropecuária brasileira, com forte participação de atividades monocultoras na produção nacional, absorveu os benefícios da produção em escopo e em escala. Todavia, a força de trabalho, lado mais frágil do elo produtivo, foi acentuadamente afetada pelo processo de inovação no campo. Destarte, pretende este artigo analisar o mercado formal de trabalho brasileiro no setor agropecuário. Para tanto, são utilizados dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), para a construção de indicadores de rotatividade no setor. O período abordado compreende os anos de 2006 a 2010. Os resultados mostram que o mercado de trabalho agropecuário passou por transformações acentuadas com o surgimento de novas formas de con-

trato de trabalho, elevada incidência de rotatividade, demissão sem justa causa e forte caráter de contratação mediante ajuste de mão de obra à demanda de mercado. Adicionalmente, registraram-se elevados índices de rotatividade para as mulheres; para a força de trabalho juvenil e jovem; para os menos escolarizados; e, nos postos de trabalho com remuneração média de até 1,0 salário mínimo.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Rotatividade, Agropecuária; Brasil.

Abstract

The changes in production relations and work assisted in the developed world and later in the developing world resulted in an irreversible process triggered by the advance of the capitalist system. The impacts of the shares of capital over labor are markedly elevated, especially in sectors of economic activity / work intensive. In this respect, the Brazilian agriculture, with strong participation from domestic production activities monocultures, absorbed the benefits of production in scope and scale. However, the

workforce, next weakest link in the production, was markedly affected by the process of innovation in the field. Thus, this article aims to analyze the formal labor market in the Brazilian agricultural sector. For both, are used data from the Annual Social Information (RAIS) and the General Register of Employed and Unemployed (CAGED) of the Ministry of Labor and Employment (MTE), for the construction of indicators of turnover in the sector. The period covered includes the years 2006 to 2010. The results show that the agricultural labor market has undergone marked changes with the emergence of new forms of employment contract, a high incidence of turnover, unfair dismissal and hiring of strong character through adjustment of labor market demand. Additionally, there were high rates of turnover for women, for the strength of youth work and young, for the less educated, and in jobs with average pay of up to 1.0 minimum wages.

Keywords: Labor market; turnover, Agriculture, Brazil

JEL: J1; J4

¹ Professor do departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA E-mail: abeconomia@hotmail.com



Considerações iniciais

O processo de expansão da fronteira agrícola brasileira, somando ao processo de inovação tecnológica no setor agropecuário, é responsável pelo desempenho da participação do país no comércio internacional de *commodities* e no desempenho assistido no setor em todas as dimensões. Acoplada a isso, a abertura econômica contribuiu para o resultado que tem alcançado o setor na produção nacional, desde meados do século XX e início do século XXI.

Se, por um lado, a atual conjuntura do setor agropecuário brasileiro é motivo de exaltação, de que é prova o sucesso alcançado pelo setor no país e em todo o mundo, por outro, há uma parte fragilizada no contexto agropecuário que não ficou incólume aos efeitos da modernização e que foi acentuadamente afetada pelas externalidades negativas do processo. A força de trabalho rural do país foi castigada e excluída por força do avanço de uma modernização marginalizadora e excludente, sobretudo pela ausência de políticas de efeito compensatório em favor da força de trabalho rural brasileira.

Evidências empíricas ratificam o acima exposto quando se estuda o mercado de trabalho rural do país. Balsadi (2009) observou que nas regiões de elevada produção agropecuária, caso do Centro-oeste brasileiro, a área plantada elevou-se em aproximadamente 10 vezes mais que a quantidade de mão de obra ocupada na agricultura. Isso implica que, ao crescer a área cultivada fica acentuadamente elevada em relação à mão de obra. Com isso, as culturas intensivas em mão de obra avançam na ocupação da terra, com cada vez menos trabalhadores ocupados.

Além disso, estudos de Silva Filho et al (2011, 2012) mostram que os postos de trabalho criados com a intensificação tecnológica da produção agropecuária brasileira foram, em sua grande maioria, precários, bem como se assistiu à redução relativa do setor na geração de postos formais de

“
Assim, é propósito deste artigo analisar o mercado formal de trabalho agropecuário brasileiro, dando ênfase a rotatividade e seus condicionantes.

Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e compreendem os anos de 2006-2007/2009-2010.

”

trabalho. Além disso, constatou-se incidência de rotatividade bastante elevada, agravada pela concentração de mão de obra a auferir rendimentos nas mais baixas faixas de remuneração.

Assim, é propósito deste artigo analisar o mercado formal de trabalho agropecuário brasileiro, dando ênfase a rotatividade e seus condicionantes. Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e compreendem os anos de 2006-2007/2009-2010.

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo, o artigo está assim estruturado: além dessas considerações iniciais, a segunda seção aborda os impactos do processo de mecanização da agropecuária relatado na literatura e algumas obser-

vações empíricas sobre o emprego agropecuário brasileiro; em seguida, na terceira seção, apresentam-se algumas notas metodológicas que orientam os resultados empíricos do estudo; na quarta seção, discutem-se os índices de rotatividade, levando-se em consideração as características demográficas e socioeconômicas condicionantes; e, por último, apresentam-se as considerações finais.

Mudanças estruturais na agropecuária brasileira: breves considerações

O processo de inovação tecnológica para ganhos de produtividade e para atender a demanda mundial de alimentos intensificou-se a partir dos anos de 1960, com maior ênfase na década de 1980 e de 1990, no Brasil (BELIK, 2003; KAGEYAMA, 2004). Inicialmente, a inovação foi alavancada pela expansão da fronteira agrícola na região Centro-oeste e nas áreas de cerrados, sobretudo; e, posteriormente, o processo foi de intensificação tecnológica no meio rural brasileiro (BRANDÃO; LIMA, 2003).

Os ganhos de produtividade elevaram-se muito em virtude da tecnologia de ponta utilizada no campo, onde se destacam o melhoramento genético das sementes; o processo de manejo e criação de pequenos e grandes animais, incluindo-se a redução da idade média de abate e corte, além do ganho de peso em dimensões nunca vistas no país (SILVA FILHO et al., 2010; 2011); no tocante à mecanização, sobressaiu a entronização de máquinas de elevada tecnologia nas atividades monocultoras (BALSADI et al., 2002).

A redução do trabalho manual foi acentuadamente alta, com forte impacto na População Economicamente Ativa (PEA) rural do país. Máquinas de plantio e colheitadeiras mecânicas substituíam, em média, o trabalho de 80 a 150 homens por dia de trabalho em vários setores da agricultura monocultora brasileira, dentre elas: soja, milho e algodão (BELIK et al., 2003;

BALSADI, 2009). A capacidade de absorção de mão de obra rural ficou, pois, comprometida.

Além do impacto causado pela mecanização, a demanda de mão de obra nessas atividades ocorreu com caráter bastante diferenciado do que anteriormente se verificava. A força de trabalho necessária ao desenvolvimento da atividade mudava seu perfil, diante da necessidade de mão de obra com instrução suficiente para manusear maquinarias de tecnologia elevada. Tal circunstância acentuou ainda mais os problemas da força de trabalho rural brasileira (GRAZIANO Da SILVA, 1999).

O baixo nível de educação formal, seguido pela experiência acumulada no campo, prendeu boa parte da mão de obra rural brasileira a terra, sem vínculos ou com vínculos sob novas formas de contratos. Com isso, parte da mão de obra utilizada no campo, sobretudo no processo de manutenção e manuseio das máquinas utilizadas, provinham, principalmente, dos centros urbanos do país (GRAZIANO Da SILVA, 2001). Nesse âmbito, a parte vulnerável da força de trabalho foi, em sua grande

maioria, excluída do processo sob todos os seus aspectos.

Os problemas enfrentados se agravaram em alto grau com o processo de migração do campo para as cidades (êxodo rural). No mais das vezes, essa força de trabalho conseguia emprego apenas no setor de serviços e em atividades com elevada incidência de vulnerabilidade e fortes índices de trabalho precário, a exemplo de ajudantes da construção civil e carregadores em serviços terceirizados (SANTOS; TARGINO, 2006). Além disso, a informalidade ganhou fôlego nas relações de trabalho de grande parte da PEA rural.

Esses aspectos são recorrentes em anos recentes na economia brasileira. Os problemas inerentes à força de trabalho rural se reproduzem com intensidade elevada. Nos anos 2000, há incidência de fortes relações de trabalho precário com elevados índices de rotatividade, baixos salários e vulnerabilidade aos efeitos sazonais acentuadamente elevadas na agropecuária (SILVA FILHO et al., 2010, 2011, 2012).

Conforme os dados da tabela 01, observando-se a movimentação de

sagregada no setor, vê-se que a grande maioria dos contratados assume a movimentação por reemprego, o que significa que já atuaram no segmento agropecuário em tempos pretéritos. Em 2006, do total de 1.025.525 admitidos na agropecuária, 860.300 (83,9%) o foram por reemprego e apenas 165.225 (16,1%) por primeiro emprego. Diante disso, pode-se observar o caráter sazonal do setor e a forte tendência de demissão da força de trabalho com provável retorno em momentos oportunos.

Em relação aos tipos de demissão, ainda na tabela 01, observa-se que a demissão sem justa causa é sobremaneira acentuada em relação aos demais tipos. Em 2006 foram demitidos 1.018.951 trabalhadores da agropecuária brasileira. Dentre eles, 786.698 (77,2%) foram demitidos sem justa causa. Os demitidos por justa causa somaram 10.241 (1,0%); eos desligados a pedido 217.925 (21,4%). Evidencia-se assim a forte relação de predominância da relação de trabalho sob orientação do contratante, o que prejudica sobremaneira a dignidade do trabalho para o contratado.

Tabela 01: Número de trabalhadores admitidos e desligados segundo o tipo de movimentação desagregada na agropecuária: Brasil- 2006/2010

Tipo Movimentação Desagregado	2006		2010	
	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados
Admissão por Primeiro Emprego	165.225	0	170.073	0
Admissão por Reemprego	860.300	0	1.035.861	0
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	0	786.698	0	621.639
Desligamento por Demissão com Justa Causa	0	10.241	0	10.649
Desligamento a Pedido	0	217.925	0	281.670
Desligamento por Aposentadoria	0	1.659	0	1.233
Desligamento por Morte	0	2.428	0	3.265
Admissão por Reintegração	-	-	691	0
Desligamento por Término de Contrato	-	-	0	314.813
Contrato Trabalho Prazo Determinado	-	-	54.813	0
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	-	-	0	54.115
Total	1.025.525	1.018.951	1.261.438	1.287.384

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

No ano de 2010, novas formas de contratos, como por exemplo, o de trabalho por tempo determinado, ganham grande destaque na movimentação desagregada no setor agropecuário. Nessa conjuntura, algumas modificações foram registradas na movimentação. Porém, é pertinente destacar que a admissão por reemprego permanece com forte participação. Dentre 1.261.438 novos contratos regidos, 1.035.861 (82,1%) foram por reemprego, 170.073 (13,5%) como primeiro emprego e 54.813 (4,3%) por tempo determinado.

Em relação aos tipos de demissão, os dados mostram que, em 2010, de 1.287.384 trabalhadores desligados de seus vínculos formais de trabalho na agropecuária 621.639 (48,3%) foram demitidos sem justa causa, reduzindo-se acentuadamente a participação absoluta e relativa de demissões sob tais aspectos. Todavia, 314.813 (24,5%) trabalhadores tiveram seus vínculos suspensos por encerramento de tempo de contrato (modalidade de forte projeção nos contratos de trabalho). Além disso, destaca-se que 281.670 (21,9%) por desligamento a pedido e baixa participação por outros tipos de desligamento.

Com essa conjuntura, tornam-se evidentes problemas inerentes ao mercado de trabalho agropecuário dos anos 2000, diante de um contexto de grandes transformações nas estruturas produtivas e nas relações de trabalho ao longo da evolução do setor, bem como das leis de proteção ao trabalhador. Além do mais, a forte movimentação do setor tem confirmado o caráter sazonal e o forte movimento de ajuste da mão de obra à oferta de mercado no Brasil, não sendo, portanto, um problema inerente aos anos de abertura, mas de forte resistência ao próprio crescimento econômico do setor, em decorrência da melhora da performance no mercado internacional.

Outrossim, os dados da tabela 02 podem fornecer mais indícios do que

se tornou o mercado de trabalho agropecuário, no que concerne ao tempo de permanência no emprego. Em 2006, 41,1% da mão de obra ocupada na agropecuária perderam seus postos de trabalho em menos de 1 ano de contrato. Além disso, na faixa de mais de 1 e menos de 2 anos, 17,1% do total da força de trabalho saiu de seus empregos nesse intervalo de tempo. Isso é explicado pelo caráter de ajuste da mão de obra à demanda de mercado e é facilitado pelas novas formas de contratos, inclusive o contrato em tempo parcial reconhecido pela CLT.

Tabela 02: Número de trabalhadores ocupados na agropecuária segundo o tempo de permanência: Brasil 2006 e 2010

Faixa Tempo no Emprego	2006		2010	
	ABS	%	ABS	%
Menos de 1 ano	557.655	41,1	573.979	40,7
Mais de 1 e menos de 2 anos	232.638	17,1	235.592	16,7
Mais de 2 a menos de 3 anos	144.292	10,6	150.734	10,7
Mais de 3 a menos de 5 anos	162.023	11,9	164.064	11,6
Mais de 5 a menos de 10 anos	156.681	11,5	171.578	12,2
10 ou mais anos	103.618	7,6	113.001	8,0
{ñ classificado}	323	0,0	649	0,0
Total	1.357.230	100,0	1.409.597	100,0

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2010, não é possível constatar modificação estrutural no tempo de permanência da força de trabalho ocupada na agropecuária. Nesse ano, 40,7% dos ocupados deixaram seus postos de trabalho em menos de 1 ano; e 16,7%, entre 1 e 2 anos. Nessas duas faixas, assistiu-se à leve redução da participação relativa entre o primeiro e o último ano observado. Além disso, as demais faixas de tempo estabelecidas mantiveram as participações relativas praticamente estáveis, não se observando nenhuma mudança brusca na performance observada no primeiro ano.

O que se tem, portanto, é forte participação de ocupados que perdem seus postos de trabalho em curto espaço de tempo. Isso implica a baixa capacidade de constituição de vínculos duradouros no emprego, bem como a produtividade, em muitos casos, do ocupado. O forte movimento de entrada e saída da mão de obra, além de provocar ônus para o empregador, retira do empregado a possibilidade de ganhos, relativa ao desempenho na atuação profissional.

Nessa ótica, a seção que se segue traz as informações metodológicas necessárias à abordagem empírica estabelecida para o estudo, com descrição das variáveis e das taxas devidamente estabelecidas para o cômputo da rotatividade.

Considerações metodológicas

Não é recente, nem ocorre apenas no setor agropecuário. A rotatividade no mercado de trabalho brasileiro é característica inerente ao processo de reestruturação da produção e das relações de trabalho. Em vários estudos foram constatadas elevadas taxas de rotatividade e o forte caráter sazonal da força de trabalho ocupada (CACCIAMALI, 1992; CARVALHO; FEIJÓ, 1993; BALTAR; PRONI, 1995; PAZELLO *et al*, 2000; CORSEUIL *et al*, 2002a, 2002b,

ORELLANO; PAZELLO, 2005; SILVA FILHO, 2012).

No setor agropecuário, sobretudo nas atividades monocultoras, a rotatividade elevada é fenômeno inerente ao próprio processo de sustentação das atividades no campo, graças à elevada sazonalidade de muitas culturas, bem como à baixa participação de órgãos de defesa do trabalho em acordos coletivos entre empregadores e empregados.

Assim, a admissão e o desligamento da mão de obra na agropecuária se constituem em fenômeno 'relativamente natural' para o empregador e reconhecidamente normal por parte da força de trabalho. Nesse aspecto a ausência de regulamentações legais que determinem a permanência da força de trabalho em seus empregos se torna distante da realidade nas atividades agropecuárias. Isso, no mais das vezes, marginaliza parte da mão de obra que atua apenas em caráter sazonal e que não consegue inserir-se em outros setores em períodos de ofertas de trabalho escassas.

Dessa forma, no presente estudo, objetiva-se analisar o mercado de trabalho na agropecuária brasileira, com enfoque direcionado à rotatividade e aos seus determinantes, tanto socioeconômicos quanto demográficos. Busca-se assim aplicar o método de composição da rotatividade utilizado por alguns autores (CORSEUIL et al., 2002a, 2002b; ORELLANO; PAZELLO, 2005; SILVA FILHO, 2012) em vários setores da atividade econômica. Destaque-se que, até o momento, não se conhece nenhum estudo que utilize o método sobre a rotatividade na agropecuária brasileira.

Os dados são referentes aos anos de 2006-2007 e 2009-2010, biênios imediatamente anteriores à crise econômica mundial e posteriores a ela. Além disso, a média de trabalhadores formalmente ocupados na agropecuária brasileira era de 1.369.650, no primeiro; e 1.418.623, no segundo biênio.

A rotatividade da força de trabalho nas atividades da agropecuária e decomposta da forma que se segue:

$$R_{it} = \left[\frac{\sum (A_{it} + D_{it})}{(L_{cit} + L_{fit})/2} \right] \quad (1)$$

Onde,

R_{it} = rotatividade no mercado de trabalho no setor i no tempo t ;

A_{it} = número de trabalhadores admitidos no tempo em estudo;

D_{it} = número de trabalhadores desligados no período de tempo determinado;

L_{cit} = total da força de trabalho no início do período de tempo t ;

L_{fit} = total da força de trabalho no final do período t_{t-1} .

Para o cálculo da taxa de criação de postos de trabalho no setor i no período de tempo t , t_{t-1} , faz-se necessário:

$$TC = \left[\frac{\sum_{i=1}^n (L_{ait} - L_{dit})}{\bar{L}_{it}} \right], \text{ para o setor agropecuário, tal que: } [L_{ait} > L_{dit}] \quad (2)$$

Em relação à taxa de destruição de postos de trabalho pode-se recorrer a seguinte expressão:

$$TD = \left[\frac{\sum_{i=1}^n (L_{dit} - L_{ait})}{\bar{L}_{it}} \right] = \sum_{i=1}^n \left[\frac{L_{ait} - L_{dit}}{L_{it}} \right], \text{ para o mercado de trabalho agropecuário, tal que: } [L_{ait} > L_{dit}] \quad (3)$$

$[L_{ait} - L_{dit}] = (A_{it} - D_{it})$, corresponde, respectivamente, ao número de trabalhadores admitidos (entrada) menos o número de trabalhadores desligados (saída), da mão de obra nas atividades agropecuárias brasileiras no período de tempo t , t_{t-1} . Com isso, a taxa de criação/destruição líquida de postos de trabalho também pode ser assim inferida:

$$TCL = \left[\frac{\sum_{i=1}^n (L_{ait} - L_{dit})}{\bar{L}_{it}} \right] = TC - TD \quad (4)$$

Diante da exposição do método, a taxa de criação/destruição líquida de

postos de trabalho na agropecuária no Brasil pode ser empiricamente testada. Dessa forma, julga-se necessária a construção das taxas de criação e de destruição de postos de trabalho. Com efeito, pode-se inferir pela rotatividade no mercado do setor para um determinado país, no período de tempo.

Rotatividade no mercado de trabalho agropecuário brasileiro

A partir do método proposto, é possível observar empiricamente a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro. A tabela 03 mostra a taxa de rotatividade por região geográfica. Os dados informam que o fenômeno é sobremaneira acentuado nas regiões de maior projeção do setor agropecuário. Desta sorte, o Sudeste lidera as taxas de rotatividade tanto no primeiro quanto no último biênio. Em seguida, o Centro-oeste mantém sua performance no primeiro e no segundo biênio enquanto área geográfica de elevada incidência de rotatividade, assumindo a segunda posição no ranking.

É oportuno destacar que no primeiro biênio a rotatividade no Sudeste atingiu a taxa de 2,16; e, no Centro-oeste, 1,78. Porém, na primeira região, o movimento de entrada foi praticamente semelhante ao de saída, fazendo com que a criação líquida fosse estatisticamente próxima de zero. Já as regiões Norte e Sul apresentaram taxas de criação líquida de 0,03, ficando o Nordeste com 0,01, e o Sul com a melhor performance (0,04).

No biênio 2006-2007, a taxa de rotatividade no setor agropecuário atingiu 1,90, com taxa de criação líquida de apenas 0,02. Isso, no entanto, não implica a redução da participação do país como produtor agropecuário mundial, mas traduz a face oculta do processo de entronização do Brasil no mercado mundial de produtos agropecuários: a mão de obra. Essa reduz relativamente em relação à área cultivada ano a ano, conforme estudo anteriormente publicados.

Tabela 03: taxa de rotatividade no emprego formalna agropecuária segundo o a macrorregião: Nordeste - 2006-2007 e 2009-2010

Região	2006-2007				2009-2010			
	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida
Norte	0,71	0,67	1,38	0,03	0,69	0,67	1,35	0,02
Nordeste	0,83	0,82	1,65	0,01	0,86	0,84	1,70	0,03
Sudeste	1,08	1,08	2,16	0,00	0,97	1,02	1,99	-0,05
Sul	0,82	0,78	1,60	0,04	0,79	0,80	1,60	-0,01
C. Oeste	0,91	0,88	1,78	0,03	0,84	0,84	1,68	0,01
Total	0,96	0,94	1,90	0,02	0,89	0,91	1,80	-0,02

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

“

Esses resultados mostram o caráter sazonal da atividade e evidenciam a rotatividade a acentuar-se no setor, sobretudo com taxa de criação líquida negativa exatamente nas regiões de maior dinamismo.

”

No biênio 2009-2010, a taxa de rotatividade eleva-se apenas no Nordeste, quando sai de 1,65 para 1,70; mantém-se constante no Sul, 1,60; e se reduz no Sudeste de 2,16 para 1,99; e, no Centro-oeste, de 1,78 para 1,68. No Brasil, a redução deixou a taxa de rotatividade em 1,80. Porém, o forte movimento de saída da força de trabalho agropecuária registrado no Sudeste e no Sul do país, além de conferir taxa de criação líquida negativa de -0,05 para a primeira e -0,01 para a segunda, influenciou a média do país registrando-se taxa negativa de -0,02 nesse biênio. Apesar disso, o Nordeste apresentou o melhor desempenho com taxa de 0,03, seguido do Norte, 0,02; e do Centro-oeste, 0,01.

Esses resultados mostram o caráter sazonal da atividade e evidenciam a rotatividade a acentuar-se no setor, sobretudo com taxa de criação líquida negativa exatamente nas

regiões de maior dinamismo. Com isso, vê-se que o Sudeste, mesmo com grande potencial de atividades agropecuárias, desenvolve-as com forte intensidade tecnológica, o que reduz sua dinâmica no mercado de trabalho do setor.

Conforme a proposta metodológica do estudo, os dados da tabela 04 versam sobre a rotatividade, segundo o sexo dos ocupados no setor agropecuário. Os resultados mostram que a rotatividade no setor é mais acentuada para a força de trabalho feminina tanto no primeiro quanto no último biênio. No primeiro biênio as mulheres assistiram à taxa de rotatividade de 2,52 contra taxa de 1,79 registrada para os homens. Em ambos os sexos, tanto o movimento de entrada quanto o de saída foram acentuados, haja vista que a taxa de criação líquida foi de apenas 0,03 para elas e 0,02 para eles.

Tabela 04: taxa de rotatividade no emprego formalna agropecuária segundo o sexo: Brasil - 2006-2007 e 2009-2010.

Sexo	2006-2007				2009-2010			
	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida
Masculino	0,90	0,89	1,79	0,01	0,83	0,85	1,68	-0,02
Feminino	1,28	1,25	2,52	0,03	1,19	1,22	2,41	-0,02
Total	0,96	0,94	1,90	0,02	0,89	0,91	1,80	-0,02

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

“

Além do mais, destaque-se que à medida que se avançava na idade da força de trabalho, a taxa de criação líquida negativa se confirmava com maior veemência. Isso mostra que à proporção que a força de trabalho agropecuária brasileira avança, em relação à idade, reduzem-se as oportunidades de trabalho no setor.

”

No segundo biênio, registrou-se leve redução das taxas de rotatividade tanto para as mulheres quanto para os homens. Porém, ainda se registrou taxa de 2,41 para a força de trabalho feminina e 1,68 para a masculina. Adicionalmente, faz-se oportuno acrescentar que a taxa de criação líquida foi negativa tanto para os homens quanto para as mulheres. Nessa perspectiva, a queima de postos de trabalho agropecuário brasileiro ocorreu para ambos os sexos no biênio 2009-2010.

No tocante à rotatividade segundo a idade da força de trabalho ocupada na agropecuária, os dados da tabela 05 atestam que o fenômeno é acentuadamente elevado para a força de trabalho juvenil e jovem em ambos os biênios. Entre 2006-2007, as maiores taxas de rotatividade foram registradas para a mão de obra agropecuária com idade de até 29 anos. Entre as faixas etárias estabelecidas, sobressaiu com a maior taxa de rotatividade aquela de ocupados com até 17 anos (3,76); o forte movimento de entrada, sobretudo, conferiu taxa de criação líquida de 0,82 para eles.

É oportuno, no entanto, citar que aqueles com idade entre 18 e 24 anos também tiveram incidência

elevada de rotatividade, ficando o movimento de entrada próximo ao de saída, o que conferiu criação líquida de somente 0,12. Além deles, os que tinham idade entre 25 e 29 anos apresentaram rotatividade de 2,16 no biênio 2006-2007. Porém, o movimento de entrada e de saída foi estatisticamente semelhante, o que conferiu taxa de criação líquida de postos de trabalho próxima de zero.

Confere-se, ainda, na tabela, a taxa de criação líquida negativa para as demais faixas etárias estabelecidas. Porém, a rotatividade foi alta, desencadeada pelo elevado movimento de saída da mão de obra de seus postos de trabalho. Além do mais, destaque-se que à medida que se avançava na idade da força de trabalho, a taxa de criação líquida negativa se confirmava com maior veemência. Isso mostra que à proporção que a força de trabalho agropecuária brasileira avança, em relação à idade, reduzem-se as oportunidades de trabalho no setor. Isso se dá pelo fato de uma grande quantidade de atividades agropecuárias incentivarem o sistema de remuneração por produção, nesse caso, somente os mais hábeis e jovens podem permanecer.

Tabela 05: taxa de rotatividade no emprego formal na agropecuária segundo a faixa etária: Brasil - 2006-2007 e 2009-2010.

Região	2006-2007				2009-2010			
	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida
Até 17 anos	2,29	1,47	3,76	0,82	2,13	1,34	3,47	0,80
18 a 24	1,59	1,47	3,06	0,12	1,53	1,45	2,98	0,09
25 a 29	1,08	1,08	2,16	0,00	1,04	1,07	2,11	-0,03
30 a 39	0,86	0,86	1,72	-0,01	0,82	0,85	1,67	-0,04
40 a 49	0,71	0,72	1,43	-0,01	0,67	0,71	1,38	-0,04
50 a 64	0,55	0,60	1,15	-0,05	0,52	0,59	1,12	-0,07
65 ou mais	0,34	0,54	0,88	-0,20	0,35	0,55	0,90	-0,20
{ñ class}	7,17	11,44	18,61	-4,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,96	0,94	1,90	0,02	0,89	0,91	1,80	-0,02

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

“

Isso implica, antes de qualquer coisa, que o fator idade nas primeiras faixas etárias, mesmo que proporcione maior rotatividade, assegura, de certa forma, a possibilidade de retorno ao trabalho, fato esse não constatado para a população mais idosa, haja vista que há nesta queima de postos de trabalhos em ambos os biênios.

”

No biênio 2009-2010, os resultados mostram que a dinâmica permanece. As faixas etárias em que se encontra a população juvenil e jovem são as mais vulneráveis às elevadas taxas de rotatividade. Porém é na população com idade mais avançada que estão as taxas de criação líquida negativas. Isso implica, antes de qualquer coisa, que o fator idade nas primeiras faixas etárias, mesmo que proporcione maior rotatividade, assegura, de certa forma, a possibilidade de retorno ao trabalho, fato esse não constatado para a população mais idosa, haja vista que há nesta queima de postos de trabalhos em ambos os biênios.

Vê-se assim que as taxas de criação líquida se tornaram negativas já a partir da faixa etária de 25 a 29 anos. Isso evidencia ser a seletividade um fenômeno permanente no mercado de trabalho agropecuário brasileiro e se acentua com forte magnitude na força de trabalho. Nesse aspecto, registrou-se taxa de criação líquida negativa no último biênio, independentemente do bom desempenho da força de trabalho juvenil e jovem, no que concerne à criação líquida elevada.

Em relação à rotatividade por faixa de escolaridade, os dados da

tabela 06 mostram que o fenômeno é acentuadamente elevado para as primeiras faixas. Desta feita, a força de trabalho agropecuária com escolaridade baixa, são, sobretudo, molas de ajuste da produção à demanda de mercado. Isso se dá pelo fato de o trabalho de campo ser realizado com a força de trabalho menos escolarizada e, no mais das vezes, ser ela o fator de ajuste de produção.

Tem-se assim que, no primeiro biênio, a força de trabalho com escolaridade até o 9º ano do ensino fundamental experimentou as maiores taxas de rotatividade. Além disso, taxas de criação líquida negativas foram registradas para a força de trabalho que tinha até o 5º ano completo do ensino fundamental. Isso revela que para a mão de obra atuante no setor, na faixa de escolaridade citada, o movimento de demissão foi superior ao de admissão no período. Além disso, é oportuno realçar que as taxas de rotatividade menores são registradas nas melhores faixas de escolaridade. O fenômeno se explica pelo fato de que grande parte da força de trabalho mais escolarizada atua em atividades administrativas e enfrenta, por isso, menos violentamente a sazonalidade no mercado.

Tabela 06: taxa de rotatividade no emprego formal na agropecuária segundo a escolaridade: Brasil - 2006-2007 e 2009-2010.

Escolaridade	2006-2007				2009-2010			
	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida
Analfabeto	0,94	0,96	1,89	-0,02	0,88	0,95	1,82	-0,07
Até 5ª Inc.	1,07	1,11	2,18	-0,04	0,99	1,04	2,03	-0,05
5ª Com. Fund.	1,04	1,06	2,09	-0,02	0,91	1,00	1,91	-0,09
6ª a 9ª Fund.	1,06	1,02	2,09	0,04	0,97	1,00	1,97	-0,03
Fund. Com.	0,84	0,81	1,65	0,03	0,86	0,86	1,72	0,00
Médio Inc.	0,83	0,75	1,57	0,08	0,89	0,84	1,73	0,05
Médio Com.	0,72	0,60	1,32	0,12	0,77	0,68	1,45	0,08
Superior Inc.	0,49	0,39	0,88	0,09	0,48	0,43	0,91	0,04
Superior Com.	0,33	0,26	0,58	0,07	0,33	0,29	0,62	0,04
Total	0,96	0,94	1,90	0,02	0,89	0,91	1,80	-0,02

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

“*Pode-se daí inferir que o fenômeno da rotatividade no mercado de trabalho agropecuário brasileiro é seletivo em relação à escolaridade, com a criação líquida negativa apenas para os menos escolarizados. Além disso, mesmo com rotatividade maior que no biênio anterior, os mais escolarizados conseguiram taxas de criação líquida positiva.*”

No biênio 2009-2010, a tendência não se distancia muito do observado no biênio anterior. Porém faz-se pertinente destacar que a rotatividade se elevou, quando comparado o primeiro com o último biênio, para a força de trabalho mais escolarizada (a partir do ensino fundamental completo), mesmo que essa tenha registrado menores taxas do que aqueles com escolaridade de até o 9º ano do ensino fundamental. Além disso, a taxa de criação líquida negativa atingiu todas as faixas de escolaridade entre analfabetos e matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Pode-se daí inferir que o fenômeno da rotatividade no mercado de trabalho agropecuário brasileiro é seletivo em relação à escolaridade, com a criação líquida negativa apenas para os menos escolarizados. Além disso, mesmo com rotatividade maior que no biênio anterior, os mais escolarizados conseguiram taxas de criação líquida positiva.

Em relação à rotatividade por faixa de remuneração média da força de trabalho, os dados da tabela 07 mostram elevadas taxas nas primei-

ras faixas de remuneração, tanto no primeiro quanto no último biênio. Para os postos de trabalho que ofereciam remuneração de até 1,0 salário mínimo, a taxa de rotatividade do primeiro biênio foi acentuadamente elevada: 3,86, com criação líquida de 0,34. Já na segunda faixa (mais de 1,0 e até 2,0 salários mínimos), o movimento de entrada foi estatisticamente igual ao de saída e já conferiu taxa de criação líquida aproximadamente a zero.

Deve-se frisar que, nas faixas de remuneração de mais de 2,0 salários mínimos, a rotatividade pode ser considerada elevada. Porém, isso se deveu ao acentuado movimento de saída da força de trabalho do setor. À luz desses fatos, o que se tem no mercado de trabalho agropecuário brasileiro no biênio 2006-2007, é a forte tendência de criação de vagas nas mais baixas faixas de remuneração, seguido da compressão de postos de trabalhos em faixas mais bem remuneradas. As evidências empíricas ratificam isso no período e asseguram a precarização salarial no mercado de trabalho agropecuário brasileiro.

Tabela 07: taxa de rotatividade no emprego formal na agropecuária segundo a faixa de remuneração: Nordeste - 2000-2001 e 2009-2010.

Faixa Remuneração Média (SM)	2006-2007				2009-2010			
	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida	Taxa de criação	Taxa de destruição	Taxa de Rotatividade	Taxa de criação líquida
Até 1,0 SM	2,10	1,76	3,86	0,34	2,07	1,93	4,01	0,14
Mais de 1,0 a 2,0 SM	1,00	1,00	2,00	0,00	0,93	0,94	1,87	-0,01
Mais de 2,0 a 4,0 SM	0,22	0,37	0,58	-0,15	0,20	0,34	0,54	-0,14
Mais de 4,0 a 7,0 SM	0,14	0,29	0,43	-0,15	0,13	0,26	0,38	-0,13
Mais de 7,0 a 15 SM	0,14	0,22	0,36	-0,08	0,13	0,19	0,32	-0,05
15 ou Mais SM	0,13	0,19	0,32	-0,06	0,13	0,21	0,33	-0,08
{ñ classificado}	1,17	0,87	2,04	0,31	0,87	0,78	1,64	0,09
Total	0,96	0,94	1,90	0,02	0,89	0,91	1,80	-0,02

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Além da elevada rotatividade por faixa de remuneração acompanhada no primeiro biênio, no biênio 2009-2010 o fenômeno se acentua com mais veemência. Além de a rotatividade se elevar para a força de trabalho ocupada na primeira faixa de remuneração, registrando-se 4,01, reduz-se a taxa de criação líquida na mesma faixa para 0,14. Com isso, o movimento de entrada se aproximando do de saída permitindo criação líquida bem inferior ao observado no primeiro biênio.

Ainda no biênio 2009-2010, registrou-se rotatividade menor para as demais faixas. Essas faixas, no entanto, foram acentuadamente afetadas pelo forte movimento de saída, o que desaguou em criação líquida negativa. Já para a mão de obra ocupada nas faixas de rendimentos a partir de 1,0 salário mínimo, o fato confirma a precarização do emprego formal agropecuário brasileiro, que se reflete na criação de oportunidade de trabalho apenas em postos com baixa remuneração e acentua a destruição líquida de postos de trabalho com remuneração nas melhores faixas.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi discutir teoricamente os efeitos da modernização do setor agropecuário brasileiro e seus impactos no mercado de trabalho. Além disso, recorreu-se a evidências empíricas para observar a mudança na performance do emprego formal agropecuário nos biênios 2006-2007 e 2009-2010. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) foram necessários à observação empírica.

Os principais resultados mostraram que as novas formas de contratos de trabalho ganharam dimensão significativa no setor agropecuário brasileiro. Além disso, quando se observou a movimentação desagradada, os indícios de demissão sem justa causa foram acentuadamente

elevados no setor em ambos os biênios. Adicionalmente, observou-se que o ingresso por reemprego é fato relevante para confirmar o caráter de ajuste da mão de obra à demanda de mercado e denunciar o forte caráter sazonal da atividade agropecuária brasileira.

No que se refere à permanência no emprego, os dados mostraram que grande parte da força de trabalho agropecuária fica menos de um ano em seus postos de trabalho e isso se repete nos dois biênios em tela. Isso é fator extremamente prejudicial à força de trabalho, que já não consegue manter vínculo duradouro no emprego e tem renda garantida apenas em parte do ano.

No que se refere à rotatividade, os principais registros mostram que ela afeta sobremaneira as mulheres ocupadas na agropecuária. Além disso, a força de trabalho juvenil e jovem absorve com mais intensidade os efeitos do fenômeno. Porém, foi a força de trabalho com idade acima de 30 anos que registrou taxa de criação líquida negativa em ambos os biênios em estudo. Isso implica queima de postos de trabalho para a mão de obra atuante no setor agropecuário com idade mais avançada e denuncia os efeitos de contrato por produtividade intrínsecos na atividade agropecuária, sobretudo em monoculturas.

Em relação à educação formal da força de trabalho agropecuária brasileira, os dados mostraram que a rotatividade é mais elevada para a força de trabalho menos escolarizada e com taxa de criação líquida negativa para aqueles com menos anos de estudo. Nesse âmbito, mesmo que a escolaridade seja insuficiente para garantir melhores condições de trabalho, o setor agropecuário brasileiro mostrou que a escolaridade é condição necessária para pleitear um emprego formal nos últimos anos da primeira década do século XXI.

Em relação à rotatividade nos postos de trabalho por faixa de remuneração, constatou-se que ela é mais

acentuada nos postos de trabalho que remuneram com os menores salários, sendo que nas faixas de remuneração acima de 2,0 salários mínimos, no primeiro biênio, e acima de 1,0 salário mínimo no segundo, as taxas de criação líquida foram negativas. Deduz-se daí que o saldo de vagas ocorre apenas nos postos de trabalho que remuneram nas primeiras faixas, fechando oportunidades ou contratando com remuneração média menor.

Diante disso, há necessidade de se pensar uma política de emprego agropecuário brasileiro com maior participação da força de trabalho nos ganhos do setor, sobretudo promovendo melhoria para força de trabalho diante da forte seletividade que afeta a mão de obra rural do país. Com isso, proteger os postos de trabalho agropecuário no Brasil permite a menor desoneração da população rural e impacta positivamente o êxodo rural no país.

Referências

- BALSADI, O. V. Evolução das Ocupações e do Emprego na Agropecuária do Centro-Oeste Brasileiro no Período de 2001-05. **Informações Econômicas**, SP, v. 39, n. 1, janeiro, p.32-40, 2009.
- BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; GRAZIANO DA SILVA, J.; BELIK, W.. Transformações Tecnológicas e a Força de Trabalho na Agropecuária Brasileira no Período de 1990-2000. **Agric.** São Paulo – SP. v. 49, n. 1, p. 23-40, 2002.
- BALTAR, P. E., PRONI, M. W. **Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil.** Cadernos do CESIT, Campinas, SP: Unicamp, 1995 n.15.
- BELIK, W.; BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; AMPANHOLA, C.; DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G.. O Emprego Rural nos Anos 90. In: **Trabalho, Mercado e Sociedade: o Brasil dos Anos 90.** Org. In PRONI M. W.; HENRIQUE, W.. São

Paulo – editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia UNICAMP, 2003, p. 153-198.

BRANDÃO, S. L.; LIMA, S. do C.. Espaço da Produção Agrícola no Centro-Oeste brasileiro, uma Paisagem em Questão. **Caminho da Geografia – Revista Online**, v. 4, n. 8, p. 38-45, fev. 2003.

CACCIAMALI, M. C. Mudanças estruturais e na regulação do mercado de trabalho no Brasil nos anos 80. **IPE/USP**, maio 1992. (Texto para Discussão Interna, 6).

CARVALHO, P. G. M., FEIJÓ, C. A. do V. C. Rotatividade do pessoal ocupado na indústria: sua evolução nos anos recentes — 1985-1993. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, **Anais...**1993.

CORSEUIL, C. H.; RIBEIRO, E. P.; SANTOS, D. D.; DIAS, R. **Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002a. (Texto para discussão n. 855).

———. Job and worker flows in Brazil. In: MENEZES-FILHO, N. A. (Coord.). **Labor market dynamics in Brazil**. Final Report, 2nd draft, Part I, Inter-American Development Bank Research Network, 11th round, Fipe-USP, Sep. 2002b.

GRAZIANO DA SILVA, J. O. **Novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: IE/UNICAMP, 1999. 153 p. (Coleção pesquisas 1)

GRAZIANO DA SILVA, J.. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Campinas: Unicamp/IE, 02 out. 2001. In: SEMINÁRIO O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2. **Anais...** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/rurbano.html>>. Acesso em: out. 2001, p. 1-20.

KAGEYAMA, A.. Mudanças no Trabalho Rural no Brasil, 1992-2002. **Agric**. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 71-84, jul./dez. 2004.

ORELLANO, V. I. F.; PAZELLO, E. T.. Evolução e determinantes da rotatividade da mão de obra nas firmas da indústria paulista na década de 1990. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.36, n.1, abr 2005.

PAZELLO, E., BIVAR, W., GONZAGA, G. Criação e destruição de postos de trabalho por tamanho de empresa na indústria brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, ago. 2000.

SANTOS, L. M. dos; MOREIRA, I. T.. Condições do Mercado de Trabalho no setor de serviços no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS

POPULACIONAIS – ABEP, 15., Caxambu, 2006. **Anais...** Caxambu, 2006.

SILVA FILHO, L. A. Rotatividade no mercado de trabalho formal brasileiro. In: CONGRESSO DE LAASOCIACIÓN-LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, MONTEVIDEO, URUGUAY, 5., **Anais...** Montevideo, 2012b.

SILVA FILHO, L. A.; SILVA, J. L. M. Evolução do emprego formal na agropecuária do Nordeste brasileiro – 1999-2009. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2011.

SILVA FILHO, L. A.; SILVA, J. L. M.; QUEIROZ, S. N.. Avaliação empírica do emprego formal agropecuário no centro-oeste -2000/2008. **Revista Perspectiva Econômica**, v. 6, n. 2, p. 1-22 jul./dez. 2010.

SILVA FILHO, L. A.; SILVA, J. L. M.; QUEIROZ, S. N.. Emprego formal e rotatividade no mercado de trabalho agropecuário no Nordeste. In: CONGRESSO DASOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 50., 2012, Vitória. **Anais...** Vitória, 2012.



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

www.unifacs.br
Tel.: (71) 3273-8528

Mestrados e Doutorados

MATRÍCULAS ABERTAS